

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.582 - RJ (2019/0283193-3)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA - RJ110501
PATRICIA SHIMA - RJ125212
RECORRIDO : WALTER TEIXEIRA
ADVOGADO : VALDIR VIRGENS PEREIRA - RJ121376

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 25ª Câmara Cível do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 256/273e):

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DO INDÉBITO.

CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO. COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA CONDENOU O RÉU A RESTITUIÇÃO SIMPLES DE ¼ DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, EFETIVAÇÃO DA COBRANÇA DE TARIFA DE ESGOTO NA PROPORÇÃO DE 3/4.

INCONFORMISMO DE AMBAS AS PARTES. RÉU PRETENDE O RECONHECIMENTO DA LEGALIDADE DA COBRANÇA, AINDA QUE NÃO PRESTADO O SERVIÇO EM SUA INTEGRALIDADE. AUTOR REQUER SEJA DECLARADA A TOTAL ILEGALIDADE DO DÉBITO, ALTERNATIVAMENTE, QUE A COBRANÇA SEJA EFETIVADA DE ACORDO COM A EFETIVA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, ALÉM DA CONDENAÇÃO DO RÉU AO PAGAMENTO DE REPARAÇÃO POR DANO MORAL E RESTITUIÇÃO DOBRADA DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS. APENAS HÁ A COLETA E O DESPEJO FINAL DOS DEJETOS, SEM QUALQUER TRATAMENTO, MOTIVO PELO QUAL REFERIDA TARIFA É DEVIDA PELA METADE. A DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO A MAIOR DAR-SE-Á NA FORMA SIMPLES, OBSERVADO O PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL PREVISTO NO CÓDIGO CIVIL. NÃO SE VERIFICOU QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA QUE TENHA CAUSADO VIOLAÇÃO AO

DIREITO DA PERSONALIDADE OU OFENDIDO A DIGNIDADE DA PARTE, A PONTO DE CONFIGURAR O DANO MORAL. DISTRIBUIÇÃO DA SUCUMBÊNCIA. RECURSOS CONHECIDOS. PROVIDO DO AUTOR. DESPROVIDO O DO RÉU.

Embargos de declaração rejeitados (fls. 295/299e).

Em juízo de retratação, reafirmou-se o entendimento anteriormente firmado por este Colegiado, no sentido de se determinar a redução da cobrança de tarifa proporcional para 50% a título de esgoto sanitário, consoante fundamentos resumidos na seguinte ementa (fls. 441/446e):

RECURSO ESPECIAL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. O TRIBUNAL SUPERIOR JÁ FIRMOU, POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO RESP 1.339.313/RJ, EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO, ENTENDIMENTO ACERCA DA LEGITIMIDADE DA COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, AINDA QUE APENAS UMA DAS ETAPAS DO SERVIÇO ESTEJA SENDO CUMPRIDA. ENTENDEU O STJ QUE “A LEGISLAÇÃO QUE REGE A MATÉRIA DÁ SUPORTE PARA A COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTO MESMO AUSENTE O TRATAMENTO FINAL DOS DEJETOS, PRINCIPALMENTE PORQUE NÃO ESTABELECE QUE O SERVIÇO PÚBLICO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO SOMENTE EXISTIRÁ QUANDO TODAS AS ETAPAS FOREM EFETIVADAS, TAMPOUCO PROÍBE A COBRANÇA DA TARIFA PELA PRESTAÇÃO DE UMA SÓ OU DE ALGUMAS DESSAS ATIVIDADES”. O ACÓRDÃO ATACADO NÃO EXONEROU O CONSUMIDOR DO PAGAMENTO DA TARIFA. MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO.

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

i) art. 3º da Lei n. 11.445/07 e do art. 9º do Decreto 7.217/2010 – "percebe-se que a parte recorrida pretende se eximir do pagamento da cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário e, para tanto, afirma que tal serviço não seria efetivamente prestado. Como visto, o serviço É EFETIVAMENTE PRESTADO, SENDO O ESGOTO COLETADO E TRANSPORTADO PELA MUNICIPALIDADE DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS ATÉ AS ETE'S CEDIDAS PELA CONCESSIONÁRIA AO MUNICÍPIO, ONDE RECEBEM SEU EFETIVO TRATAMENTO PARA POSTERIOR RETORNO AO MEIO AMBIENTE. Reforça-se ser inteiramente legítima a cobrança pelos

serviços de tratamento de esgotamento sanitário no local, valendo ressaltar, ainda que à exaustão e ao contrário do alegado, ser o serviço efetivamente prestado" (fl. 312e); e

ii) art. 206, § 3º, IV, do Código Civil – prescrição trienal.

Com contrarrazões (fls. 340/363e), o recurso foi admitido (fls. 366/369e).

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Nos termos do art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento ao recurso quando o acórdão recorrido estiver em confronto com súmula ou jurisprudência dominante da respectiva Corte ou Tribunal Superior.

Verifico que o acórdão recorrido contrariou entendimento consolidado nesta Corte no sentido de que é legal a cobrança da tarifa de esgoto quando ausente o tratamento final dos dejetos, porquanto a lei não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente ocorrerá quando todas etapas forem efetivadas, bem como não proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma ou mais fases da atividade.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.
2. À luz do disposto no art. 3º da Lei 11.445/2007 e no art. 9º do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.
3. Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a

concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.

4. O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.

5. A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp 1.330.195/RJ, Rel. Min. Castro Meira, Segunda Turma, DJe 04.02.2013; REsp 1.313.680/RJ, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Turma, DJe 29.06.2012; e REsp 431121/SP, Rel. Min. José Delgado, Primeira Turma, DJ 07/10/2002.

6. Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.

7. Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

(REsp 1339313/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 21/10/2013).

Por serem elucidativos, vale transcrever os seguintes trechos desse julgado:

Embora não efetivadas todas as atividades que subdividem o serviço de esgotamento sanitário, certo é que algumas fases foram prestadas, as quais representam dispêndio ao Poder Público e, como tal, deve ser devidamente ressarcido.

Em outras palavras, o fato de não estar sendo feito o tratamento dos dejetos, antes deles serem lançados em rios, não impede a cobrança da tarifa, eis que a remuneração há de ser devida como contraprestação pela instalação, operação e manutenção da infra-estrutura de coleta e descarga do esgoto.

A cobrança da tarifa, portanto, não pressupõe a prestação integral do serviço de esgotamento sanitário, mas apenas parte dele, que, no caso dos autos, se resume à realização da coleta, do transporte e do escoamento dos dejetos.

Assim, há que se considerar prestado o serviço público de esgotamento sanitário pela simples realização de uma ou mais das atividades arroladas no art. 9º do referido decreto, de modo que, ainda que detectada a deficiência na prestação do serviço pela ausência de tratamento dos resíduos, não há como negar tenha sido disponibilizada a

Superior Tribunal de Justiça

rede pública de esgotamento sanitário.

Assim, conclui-se que a ausência de tratamento dos efluentes não enseja nem sequer a redução proporcional da tarifa, porquanto esta não é calculada com base em cada um dos serviços que a compõe, mas é um valor único, capaz de remunerar satisfatoriamente os diversos serviços efetivamente realizados.

Prejudicada a questão da prescrição.

Isto posto, com fundamento no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial, para reconhecer a legalidade da cobrança integral da tarifa.

Fixo os honorários em 10% do valor da causa.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora